



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 9

Sessão Ordinária de Fevereiro

4.ª Reunião de 13-03-2002

Aos treze dias do mês de Março de dois mil e dois, no Auditório 2 do Centro Cultural e de Congressos, nesta cidade de Aveiro, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, secretariado pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, e pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, e com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Teresa Fidélis da Silva, Nuno Rosa Silva Barata, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celestes das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rui Manuel Pereira Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Fernando Vieira Ferreira, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:30 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais:

José da Cruz Costa, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Maria da Conceição Seixas Almeida, Jorge Manuel do Nascimento e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Marília Fernandes Correia Martins, Domingos José Barreto Cerqueira, Ângelo Pereira Pires e Luís Miguel Capão Filipe.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia, nos termos do artigo 79.º da Lei 169/99 com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, das substituições, nesta reunião, dos Vogais Paulo Jorge Teixeira de Jesus e Pedro Ricardo Oliveira Cardoso, pelos Vogais Nuno Rosa Silva Barata e Rui Manuel Pereira Costa, respectivamente. Ainda, nos termos da legislação em vigor, o Presidente de Junta Manuel Júlio Braga Alves, nesta reunião, fez-se substituir por Fernando Manuel Teixeira Alves.

Seguidamente o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

PONTO N.º 3 - PLANO DE PORMENOR DA BAIXA SANTO ANTÓNIO.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em Reunião Extraordinária de 15/02/2002, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez um breve antelóquio sobre o assunto, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

(Entraram na sala os Vogais Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, Vítor Manuel Santos Marques e António dos Santos Costa)

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

(Entraram na sala os Vogais Joaquim dos Santos Abreu e Raúl Ventura Martins)

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS)

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva).

Vogal Ana Carla Macedo (PS)

A

Vogal Gustavo Barros (PPD/PSD)

Vogal Vítor Marques (CDS/PP)

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Teresa Fidélis (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

B

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD)

De seguida o Presidente da Mesa, Carlos Candal, solicitou nos termos regimentais usar da palavra na reunião plenária, a fim de apresentar na Mesa propostas de alteração sobre o assunto em discussão.

Os trabalhos passaram a ser dirigidos pelo Primeiro Secretário da Mesa Custódio Ramos e veio para a Mesa na qualidade de Segundo Secretário o Vogal Raúl Martins.

Presidente da Mesa

Da Câmara Municipal:

Presidente da Câmara – Para os esclarecimento atinentes.

Membros da Assembleia:

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Concluída a intervenção do Vogal, o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para o jantar. Eram 20:40 horas.

SEGUNDA PARTE

Pelas 22:15 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Primeiro Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos, na qualidade de Presidente da Assembleia, secretariado pelo Segundo Secretário Pedro Machado Pires da Rosa, na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal Raúl Ventura Martins, na qualidade de Segundo Secretário, com a presença dos seguintes Vogais, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Teresa Fidélis da Silva, José da Cruz Costa, Nuno Rosa Silva barata, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Maria Isabel Almeida Velada, Fernando Manuel Teixeira Alves, João Alberto Simões Barbosa, Álvaro Patrício do Bem, António Luís Gomes Carvalho, Manuel Vieira dos Santos, Henrique Manuel Morais Diz, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria das Dores Rodrigues Picado Magalhães Topete, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Rui Manuel Pereira Costa, Maria Antónia Corga de Vasconcelos Pinho e Melo, Liz Miguel Marques Silva, João Carlos Martins Valente, Carlos Gustavo Oliveira Braga Barros, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, Fernando Vieira Ferreira, Vítor Manuel Santos Marques, António Santos Costa, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus e António Manuel dos Santos Salavessa.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos seguintes Vogais: António Ildebrando Nunes Costeira, Diamantino Laranjeira Simões Jorge, Maria da Conceição Seixas Almeida, Jorge Manuel do Nascimento e Élio Manuel Delgado da Maia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o Presidente Alberto Afonso Souto de Miranda, o vice-presidente Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, e os Vereadores Domingos José Barreto Cerqueira e Ângelo Pereira Pires.

Retomados os trabalhos, o Presidente da Mesa deu continuidade à discussão do ponto em apreço — Plano de Pormenor da Baixa de Santo António.

(saiu da sala o Vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado)

Membros da Assembleia:

Presidente da Mesa

Vogal António Salavessa (PCP)

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

ç

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS):

“apresentou na Mesa a seguinte proposta:

«Considerando que:

- 1.º - A Assembleia Municipal anterior aprovou constituir uma Comissão para avaliar e apresentar propostas de alteração à proposta de revisão do Plano de Pormenor da Baixa de Santo António;
- 2.º - Essa Comissão elaborou, por consenso, um conjunto de propostas ainda não aprovadas pela Assembleia Municipal;
- 3.º - Que se trata de uma revisão de um Plano já em vigor, aprovado e publicado, em P.D.M., i.é, que, hoje, caso fosse reprovada a proposta da CMA, se manteria em vigor o Plano que se propõe a esta Assembleia seja revisto;

Proponho:

A criação de uma Comissão da A.M., composta por dois representantes de cada bancada, para prosseguir idêntico objectivo da Comissão da Assembleia anterior, i.é, para apresentar propostas desta Assembleia de alteração à proposta da CMA de revisão do P.P. da Baixa de Santo António.»

Vogal Carlos Candal (PS)
Vogal Virgínia Silva Veiga (PS)
Vogal António Salavessa (PCP)
Presidente da Mesa

(Saiu da sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara – Para os esclarecimentos tidos por convenientes.

Membros da Assembleia

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

(Saiu da sala o Vogal Victor Manuel Silva Martins)

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa
Vogal Vítor Marques (CDS/PP)
Vogal Carlos Candal (PS)
Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

De seguida o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, interrompeu os trabalhos por cinco minutos a pedido da bancada do PS.

Retomados os trabalhos usaram da palavra os seguintes Vogais:

Presidente da Mesa
Vogal Virgínia Silva Veiga (PS)
Vogal António Salavessa PCP
Presidente da Mesa
Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)
Presidente da Mesa

D

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada pela Vogal Virgínia Silva Veiga para a criação de uma Comissão Eventual, sendo a mesma rejeitada com quinze votos contra (PS15) catorze votos a favor (PSD11+PS2+PCP1) e quatro abstenções (PP4).

Continuando o Presidente da Mesa colocou à votação na generalidade o ponto n.º 3 – Plano de Pormenor da Baixa de Santo António, sendo o mesmo aprovado por maioria de dezasseis votos a favor (PS15+PP1) treze votos contra (PS1+PSD11+PCP1) e quatro abstenções (PS1+PP3).

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD):

“Não gostaria de ter votado contra este Plano da Baixa de Santo António, mas como há um ponto, que não é um ponto de construção civil, nem é questão da lei dos 45 graus — é a questão do bem-estar e da tranquilidade da Baixa de Santo António e do Bairro da Gulbenkian (como já referi é muita gente a viver ali). O facto de na proposta da Câmara aparecer a possibilidade de bares, de cafés, e de não se dizer qual o tipo de actividade de restauração que vai ser autorizada, isso faz com que eu tenha de votar contra. Se houvesse um esclarecimento quanto a esse ponto já não teria dúvidas em votar pela abstenção.”

Vogal Carlos Candal (PS):

“Votei a favor porque os licenciamentos estão na disponibilidade da Câmara. E pelo menos este elenco municipal fica comprometido a não autorizar bares, discotecas e similares (as tais que preocupam); salvo ao nível da praça. É isso que está na proposta da Câmara — é isso que foi aqui entendido muito claramente por nós, sem contradita de ninguém. É nesse pressuposto que voto. Acho importante que isto fique consignado e peço aos serviços que registem isso.”

Vogal António Salavessa (PCP):

“Votei contra, porque não existindo (nas palavras da Câmara) qualquer interesse directo ou indirecto do município naquilo que falta construir nesta área, mais evidente para mim ficou a submissão do interesse público a interesses privados, particulares.”

Vogal Virgínia Silva Veiga (PS):

“Votei contra a proposta da Câmara, na mesma base e com a mesma filosofia que em assembleias municipais anteriores votei contra as construções que estavam previstas na zona do Fórum e mesmo planos de pormenor de zonas especialmente sensíveis como por exemplo Sá-Barrocas. Isto é, votei contra, porque entendo que a proposta da Câmara não respeita a filosofia que foi aqui expressa pelo público em mandato anterior, nem pela Assembleia anterior, nem pelas intervenções anteriormente feitas. Isto é, que aquela zona devesse ser defendida como zona privilegiada habitacional, de sossego, e de particular cuidado com a zona verde.

Votei ainda contra, por entender que a proposta da Câmara é contrária à lei, designadamente, do ruído. E ainda votei contra porque tenho sérias dúvidas que esteja respeitado o REGEU.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):

“Votei contra a proposta da Câmara, em primeiro lugar por dúvidas quanto à legalidade de alguns dos seus aspectos. E, em segundo lugar, por coerência face às críticas que foram tecidas durante a sessão de hoje, por oposição à incoerência revelada por outras pessoas. Terceiro, por considerar que os compromissos existentes não podem servir para perpetuar os erros cometidos — como fica, hoje, também claramente demonstrado que é o caso. Em quarto lugar, porque a proposta é lesiva da qualidade de vida de futuros residentes naquela zona — vão comprar “gato por lebre”. Em quinto lugar, porque independentemente das recomendações que esta Assembleia venha a aprovar, essas recomendações não vinculam a Câmara pese embora todas as negociações que tenha havido nos últimos dez minutos.”

Vogal Filipe Brandão (PS):

“Votei favoravelmente por quanto esta zona, ao contrário de outras, é uma sobre a qual incide já um Plano de Pormenor aprovado. Entendo que a revisão do Plano de Pormenor agora aprovada melhora sensivelmente a situação que até então vigorava. Finalmente, como foi alertado em devido tempo nesta Assembleia (e creio que é uma razão ponderosa) a não aprovação desta revisão faria incorrer em irresponsabilidade esta Câmara Municipal.”

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação da Assembleia a continuação dos trabalhos para além da meia-noite, sendo aprovado por unanimidade.

Presidente da Mesa

“Querida dizer que muitas vezes tenho visto (acerca de instrumentos que são aprovados) aprovações pelo Conselho de Ministros que relatam o historial desses documentos, e tenho reparado que muitas vezes um instrumento de planeamento tem seis ou sete deliberações — ora do Executivo ora Órgão deliberativo. O que significa que não é escândalo nenhum esta Assembleia fazer recomendações e porventura obrigar politicamente a que o assunto cá volte.”

Vogal António Salavessa (PCP):

“Repito o que disse há pouco. As propostas de instrumentos de planeamento que vêm à Assembleia podem ser alteradas pela Assembleia.

Eu só conheço uma maneira de alterar uma proposta da Câmara — é apresentando propostas de alteração e votando propostas de alteração. Não é de outra maneira!

Se um deputado entende que não quer propor uma alteração e quer propor uma recomendação — que seja recomendação. Mas se for uma proposta de alteração, é uma proposta de alteração. Pode parecer uma verdade de “La Palice”, mas a formulação que está a ser proposta pela Mesa não está a ser essa. Portanto, se o deputado diz que é de recomendação, é recomendação; mas se a proposta for de alteração, é uma deliberação de alteração.”

(reentrou na sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Presidente da Mesa

“Estamos certamente a dizer o mesmo Sr. Deputado...”

Vogal Santos Costa (CDS/PP):

“Era só para esclarecer, para não sermos induzidos em erro. Eu tenho a impressão que a revisão em causa (e já expressei que gostaria de viabilizar o Plano o mais depressa possível) não carece de ratificação ministerial. Logo, aquilo que o Sr. Presidente está a dizer não vai acontecer. Esta revisão carece simplesmente de registo e portanto, as posições da Assembleia Municipal, as sugestões, não irão ser publicadas.”

Presidente da Mesa

“Não estamos a discutir juridicamente, embora tenha aqui a lei na Mesa. De qualquer forma o que estávamos a discutir era no aspecto político, os Srs. é que estão a levar a discussão para o aspecto mais jurídico. De qualquer forma, temos na Mesa duas propostas do Dr. Candal e outras. Pedia aos proponentes para eles próprios lerem as propostas.”

Vogal Carlos Candal (PS):

«Proposta n.º 1

Considerando a possibilidade, e porventura mesmo a conveniência, de a chamada rua interna prevista para a urbanização em apreço ter dois sentidos, convirá então que fique prevista, para os extremos dessa via, respectivamente, duas rotundas ou baías que facilitem ao trânsito o retorno ou inversão da marcha.

- proponho seja revisto o projecto quanto à dita rua na zona entre o edifício de gaveto (junto à Av. Artur Ravara) e o bloco ou “dente” mais próximo, perpendicular à Rua de Santo António.»

«Proposta n.º 2

Proponho que a Assembleia Municipal aprove:

- Que os dois dentes ou blocos perpendiculares à Rua de Santo António previstos para a zona entre a “nova praça” (nas traseiras do edifício do Governo Civil) e o gaveto junto à Avenida Artur Ravara sejam mais curtos do que vem propostos em 2,5 metros cada um.»

Vogal Manuel António Coimbra (PPS/PSD):

«Proposta n.º 3

A Assembleia Municipal propõe a reformulação da proposta da CMA referente ao Plano de Pormenor da Baixa de Santo António – revisão, nos seguintes pontos:

- Que seja reduzida em 1 piso em todas as edificações previstas (mantendo as cêrceas vigentes no Plano de Pormenor em vigor e cumprindo a regra dos 45 graus prevista por lei).
- Que a escada prevista seja substituída pela edificação de uma escadaria ampla, tal como consta na proposta da Comissão da A.M.»

Vogal Vítor Marques CDS/PP):

“Entendendo o formalismo entre proposta e recomendação, as nossas são duas recomendações — exclusivamente.

«Proposta n.º 4

Considerando que a praça é um elemento feliz e qualificante do Plano agora em apreciação; Considerando que os pressupostos expressos para a justificação da mesma foram os de abrir uma ampla frente parque, visualmente agradável e que permita leitura integral da área frontal à mesma;

Considerando que no Plano apresentado existem planeados dois “dentes” que fecham as alas edificáveis preconizadas:

- Recomendamos a possibilidade de abolição das mesmas, deixando a praça integralmente aberta ao jardim/zona verde.»

«Proposta n.º 5

Face ao que consideramos ser uma morfologia, cêrcea e volumetria exageradas, com enorme impacto visual para a via estruturante (Avenida), o que lhe confere um carácter formal de enorme agressividade;

Face à solução arquitectónica proposta ao nível do Plano, no que respeita ao piso 0 (r/c) e 1.º da fachada virada ao parque da baixa:

- Recomendamos que ao nível dos andares superiores (3.º, 4.º, 5.º e 6.º) se reproduza, recuando entre 12 a 15 metros, o desenho objecto do plano em apreciação ao nível do R/ch e 1.º andar.»

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD):

«Proposta n.º 6

Proponho as seguintes alterações:

- Remoção dos “dentes” que no Plano fecham a praça, abrindo assim amplo espaço para o parque.»

Vogal Maria Antónia Pinho e Melo (PPD/PSD):

«Proposta n.º 7

Proponho que seja tida em consideração a tranquilidade e o bem estar dos actuais residentes na área e igualmente a tranquilidade e a qualidade de vida dos futuros residentes.

- Para isso proponho que sejam proibidos quaisquer bares ou similares em toda a área do rés-do-chão dos edifícios deste plano da Baixa de Santo António, no seguimento da atitude colectiva já anteriormente tomada por um grande grupo de residentes.»

Vogal António Salavessa (PCP):

«Proposta n.º 8

Proposta de alterações:

- a) Que fique proibida a existência de unidades de hotelaria, restauração, padarias, snack-bares ou similares em todas as construções, à excepção do edifício de gaveto situado a Sul, e apenas na parte que confronta com aquelas vias;
- b) Que sejam reequacionados os alinhamentos do edifício situado a Sul, no gaveto da chamada rua Homem Cristo Filho com a Av. Artur Ravara, de modo a respeitar o alinhamento dos restantes edifícios e evitar a sua construção sobre zona de passagem pública;
- c) Que seja revista a arquitectura dos edifícios a construir sobre a zona verde, entre o último bloco traseiro ao Governo Civil e o edifício de gaveto a Sul, por forma a que sejam escadeados obrigatoriamente com terraços voltados para a zona verde, no mínimo em todos os pisos a partir do terceiro inclusive, a contar do nível do solo.»

Vogal Ana Carla Macedo (PS):

“Gostaria também de fazer uma proposta de recomendação.

«proposta n.º 9

Considerando a possibilidade de existência de unidades de hotelaria, restauração, padarias, snack-bares ou similares ao longo de toda a Rua Homem Cristo Filho:

- proponho seja proibida a existência de unidades de hotelaria, restauração, padarias, snack-bares ou similares em todas as construções à excepção do edifício do gaveto entre a Rua Homem Cristo Filho e a Avenida Artur Ravara desde que voltadas neste caso para as supra referidas vias e na futura praça nas traseiras do Governo Civil.»

Câmara Municipal

Presidente da Câmara

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS)

(Entretanto, saíram da sala os Vogais Raúl Ventura Martins, António Luís Gomes de Carvalho e Fernando Vieira Ferreira)

Lidas as propostas pelos proponentes o Presidente da Mesa iniciou a votação das mesmas. Assim:

Proposta n.º 1 apresentada pelo Vogal Carlos Candal, colocada à votação foi a mesma aprovada por maioria com trinta votos a favor e uma abstenção.

Vogal Carlos Candal (PS)

E

Câmara Municipal

Presidente da Câmara

Proposta n.º 2 apresentada pelo Vogal Carlos Candal, colocada à votação foi a mesma aprovada por maioria com dezanove votos a favor e doze abstenções.

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu conhecimento de um requerimento entregue na Mesa pelo Vogal Henrique Diz, que a mesma rejeita por não ter sido preceituado de acordo com o artigo 42.º do Regimento.

Membros da Assembleia

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)

Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Só para produzir uma afirmação. Perante as dúvidas de legalidade que foram aqui surgidas, designadamente sobre o artigo 59.º, mas sobre quaisquer outras, a Câmara assume aqui o compromisso de mandar verificar a legalidade desse aspecto e de todos os outros. Evidentemente que foi nesse pressuposto de legalidade que trouxe aqui à Assembleia, portanto queria deixar toda a Assembleia descansada quanto a esse aspecto. Nós nem sequer podemos licenciar em violação do REGEU como se sabe, nem sequer o Plano pode ser registado, portanto nós vamos proceder a essa verificação por nossa iniciativa e queria confirmar isso aqui publicamente.”

Membros da Assembleia

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD):

“Só para manifestar o meu agrado pela posição assumida publicamente pelo Sr. Presidente da Câmara. Muito Obrigado.”

Seguiram-se as declarações de voto dos Vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):

“Abstive-me na votação da proposta n.º 2, apresentada pelo Vogal Carlos Candal, devido ao facto de ter apresentado na Mesa uma proposta que incide sobre os mesmos edifícios mas com outro tipo de solução. Daí que preferindo a minha proposta que foi subscrita por mais dois elementos desta Assembleia, preferindo a minha tive de me abster.”

Vogal Dores Topete (PPD/PSD):

“A minha declaração de voto vai no sentido de que, eu votei a favor porque acho que pelo menos haverá uma hipótese de haver alguma alteração relativa a este Plano. Como se trata de uma proposta do Dr. Candal pode ser que passe e a minha não, então por segurança é melhor votar esta.”

Concluídas as declarações de voto sobre as duas propostas votadas, o Presidente da Mesa deu conhecimento das restantes propostas para votação, mas da impossibilidade de se continuarem os trabalhos devido ao adiantado da hora.

(Reentrou na sala o Vogal Diogo Manuel Santos Soares Machado)

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, informando que a marcação da próxima reunião será feita através de convocatória, nos termos regimentais.

Eram 01:00 horas do dia 14 de Março de 2002.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 61.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:00)